



**FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA**

**Relatório e Contas  
Exercício de 2014**



## Relatório do Conselho da Administração

### 1. APRESENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO RENAL PORTUGUESA: DA SUA CONSTITUIÇÃO ATÉ À SUA ATIVIDADE EM 2014

A Fundação Renal Portuguesa é uma Fundação sem fins lucrativos reconhecida pela Direção Geral da Segurança Social como uma instituição particular de segurança social em 10 de Maio de 2010, com sede na Rua Armando Cortez, nº.1, 2º-B, 2770-233 Paço de Arcos, com o NIF: 509 393 799. Tem como principal objeto social a construção e gestão de clínicas para o tratamento de doentes renais crónicos através de sistema substitutivo da função renal, vulgo hemodiálise.

Para tal propôs-se construir de raiz e gerir 15 centros para tratamento de doentes renais crónicos, a localizar onde as necessidades sejam mais prementes, em conformidade com a estratégia definida pelo Ministério da Saúde.

Foi elaborado e apresentado processo para estabelecimento de convenção com a Administração Regional de Saúde do Alentejo, e que veio a ser formalizado em 5 de Abril de 2011, estando previsto o início de atividade do centro para Maio do mesmo ano. Posteriormente, em 26 de Abril de 2011, foi estabelecida convenção entre o Ministério da Saúde e outro operador na mesma área de influência, ao contrário de tudo que estava preconizado e acordado com este mesmo Ministério.

Perante tal situação foi necessário, a posteriori, o Ministério regulamentar os meios de funcionamento das duas convenções estabelecidas, definindo o número de doentes que ambas iriam ter ao seu cuidado, sendo atribuída uma quota máxima de 18% para a outra operadora e os restantes 82% a serem atribuídos à Fundação Renal Portuguesa.

Esta decisão do Ministério da Saúde foi alvo de uma providência cautelar por parte do outro operador, que teve como efeito parar a transferência dos doentes renais crónicos, como previa a deliberação do Ministério da Saúde, causando deste modo, elevados prejuízos à Fundação Renal Portuguesa, bem como, atrasando consideravelmente o início da atividade, na sua plenitude.

A Fundação Renal Portuguesa contestou a providência cautelar no Tribunal Administrativo de Beja, bem como na ARS Alentejo, tendo como consequência a limitação da atividade junto dos doentes que tinham manifestado de imediato a sua vontade de se transferirem para o centro de Portalegre da Fundação Renal Portuguesa.

Após conhecimento da decisão do Tribunal Administrativo de Beja, em 4 de Maio de 2011, e posterior recurso apresentado pela Fundação Renal Portuguesa, que atribui a esta, a quota de 82% dos insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre à Fundação Renal Portuguesa, como inicialmente foi determinado pelo Ministério da Saúde e da Entidade Reguladora da Saúde, facilmente se depreende as repercussões que todos estes fatores tiveram na atividade.

Sendo esta quota, o fator relevante no futuro da Fundação Renal Portuguesa, as repercussões na atividade tiveram os seus efeitos positivos durante os anos seguintes (2012, 2013 e 2014).



A atividade da Fundação Renal Portuguesa ao longo de 2014 centrou-se essencialmente no funcionamento do seu primeiro centro em Portalegre.

A atividade no ano de 2014 do centro de Portalegre conseguiu uma média mensal de cerca de 70 doentes de insuficiência renal crónica, o que trouxe uma forte influência à viabilidade económica e financeira.

## 2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

À semelhança dos últimos dois anos, em 2014 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados, aproximadamente 3,5% (3,0% em 2013; 3,1% em 2012). Os Estados Unidos da América apresentam um crescimento baixo, em linha com o do ano anterior (2,4% vs 2,2%), embora apresente uma muito ligeira melhoria, suportado por um crescimento relevante dos níveis de emprego e igualmente do mercado imobiliário. O crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) permanece muito acima dos países desenvolvidos (4,4% em 2014), embora a níveis reduzidos quando comparados com anos recentes.

Três grandes fatores explicam este arrefecimento: (i) os níveis de investimento na China diminuíram com impacto nas economias asiáticas; (ii) as vulnerabilidades da economia russa, como consequência do colapso dos preços do petróleo e das tensões geopolíticas, e (iii) a diminuição dos preços de algumas commodities, que representam uma fatia relevante das receitas económicas de alguns países emergentes.

### UNIÃO EUROPEIA

O ano de 2014 ficou marcado pelo fraco crescimento económico na Zona Euro, justificado pelo aumento dos conflitos geopolíticos, especialmente as tensões com a Rússia, a par do enfraquecimento de algumas economias desenvolvidas e emergentes, com relações estreitas com os países do centro da Europa. Neste ponto, realce para as três principais economias, Alemanha, França e Itália, cujo desempenho económico foi determinante para o fraco crescimento na área do euro, contrariamente a outros países, como Irlanda, Espanha, Portugal e Grécia, cujo crescimento foi melhor que o esperado.

As melhorias registadas no mercado de trabalho foram modestas, em linha com o crescimento económico, que não foi suficientemente robusto para alavancar a formação de emprego. A taxa de desemprego deverá ter sido de 11.6% em 2014 de acordo com a Comissão Europeia, melhor do que em 2013 (11.9%), resultado das melhorias registadas nos países mais vulneráveis. As diferenças entre Estados-Membros continuaram a ser significativas em 2014, variando entre 5.1% na Alemanha e 26.8% na Grécia. As fracas melhorias registadas no mercado de trabalho tiveram impacto limitado no consumo privado, que se espera que tenha crescido 0.7% em 2014, um aumento face a 2013, quando a variável diminuiu 0.6%. Apesar de ter sido afetado pelo referido processo, num contexto de baixa inflação e de fraca procura, o investimento em 2014 parece ter iniciado uma recuperação face ao decréscimo de 2.4% observado em 2013, crescendo 0.6%.





A inflação continuou bem abaixo do objetivo dos 2% (a inflação previsional em Dezembro, de acordo com o Eurostat, foi de -0.2%, e espera-se que no total do ano a inflação tenha sido de 0.4%), influenciada pela queda dos preços da energia e da alimentação, assim como pelo frágil ambiente económico da Zona Euro. A balança corrente na Zona Euro tem verificado excedentes, registando, em 2014, 2.5% do PIB. Curiosamente, este excedente não se deve ao fortalecimento das exportações, mas antes à vulnerabilidade da procura interna, que afetou desfavoravelmente as importações.

#### PORTUGAL

A economia portuguesa deverá registar um crescimento de aproximadamente 0.9% em 2014. A procura interna acabou por contribuir mais do que se esperava para o crescimento anual, enquanto a procura externa líquida contribuiu negativamente, com uma dimensão significativa: um contributo de cerca de -1.1 pontos percentuais para um crescimento que se projeta em torno de 0.9%. Caso se confirme, o contributo desfavorável das exportações líquidas só encontra paralelo em 2010 ou nos anos imediatamente anteriores à crise financeira internacional.

As exportações desiludem e as importações aumentam, acima do previsto. Vários fatores concorreram para este comportamento. Do lado das exportações, o encerramento temporário da unidade de refinação de petróleo nos primeiros meses de 2014, justificou um comportamento pior que o esperado. De facto, a venda de combustíveis refinados ao exterior fora responsável por cerca de 60% do crescimento das exportações de bens, em 2013, pelo que esta paragem teve efeitos significativos. Nos primeiros dez meses do ano, as exportações de combustíveis registavam um decréscimo de cerca de 22%, gerando um contributo negativo de 2.2 p.p. para o total.

Deste modo, a atual projeção aponta para um aumento das exportações (em volume) em torno de 2.5%, que contrasta com +3.5% antecipados no início de 2014. Do lado das importações, verificou-se também um aumento acima do esperado, refletindo a retoma mais acentuada da procura interna e a satisfação de alguma procura pendente, nomeadamente de bens duradouros.

Depois de alguma recuperação que se registou em meados de 2013, tem-se registado uma estabilização do PIB em níveis mais baixos. Todavia, analisando os contributos das principais componentes para a geração de riqueza, verifica-se que em 2014 o padrão de comportamento foi mais equilibrado que nos anos de vigência plena do PAEF. Efetivamente, depois de três anos consecutivos de retração, a procura interna voltou a aumentar, embora bem menos que em 2010 ou em anos anteriores à eclosão da crise financeira internacional. As exportações (sem combustíveis) registam um comportamento assinalável, com um crescimento até Novembro de 4.7%. Mais, os contributos foram bastante uniformes, pontuando os bens de consumo, bens industriais, bens de capital ou alimentação e bebidas. A análise por destinos, denota também bom desempenho em diversos mercados, com destaque para o Reino Unido, Alemanha, França e Espanha. Nos países fora da União Europeia, o comportamento das exportações é também favorável, denotando-se diversificação por produtos e destinos, com destaque para os mercados dos EUA, Angola e China.

Nota para os serviços que representam atualmente cerca de 33% das exportações totais, reforçando o seu posicionamento ao longo das últimas décadas (em 2014, foram as exportações de serviços de turismo que mais adicionaram às exportações de serviços, gerando um contributo de cerca de 75% e um acréscimo, no ano, estimado em 16%).





Desde Julho de 2014, a inflação regista níveis inferiores a zero, refletindo em grande parte o movimento de quedas dos preços de bens energéticos, mas também fragilidade da procura interna e efeitos do esforço de melhoria da competitividade da economia portuguesa. A informação até agora conhecida aponta para que no conjunto do ano, a inflação média se situe em -0.3%.

Relativamente às contas públicas é previsível uma redução do défice do Estado para 6.42 mil milhões de euros nos primeiros onze meses de 2014 (numa base de caixa). Esta evolução reflete o bom desempenho da receita fiscal, +6.2% face ao ano anterior, enquanto que a despesa registou um crescimento de apenas 0.8%, no mesmo período e põe em evidência o esforço de consolidação das contas públicas levado a cabo nos últimos anos, dando suporte ao desenho de uma trajetória de melhor sustentabilidade da dívida pública.

A taxa de desemprego terá ficado, aproximadamente, nos 13,1% em 2014.

### 3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

#### Demonstração de Resultados

O valor dos proveitos do exercício de 2014, foi no total de 2.621.707,97 Euros.

Este valor de volume de negócios é o resultado da expectativa da Fundação em ser compensada pelo período em que não foi cumprida a determinação de atribuir 82% dos insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre, conforme o parecer da Entidade Reguladora da Saúde corroborado pelo parecer do Secretário de Estado da Saúde, à Fundação Renal Portuguesa.

Contudo, o valor da prestação de serviços de tratamento de insuficientes renais crónicos, efetivamente realizados foi de 1.718.591,19 Euros.

Esta medida configura a forte convicção no direito da Fundação Renal Portuguesa em vir a ser ressarcida dos custos incorridos à preparação e investimento que o centro de Portalegre realizou para poder receber os insuficientes renais crónicos que estavam previstos pela deliberação da Entidade Reguladora da Saúde, e não pelos que efetivamente recebeu para tratamento.

Assim, é elementar concluir que o Resultado Líquido do Exercício positivo obtido está largamente inflacionado em relação a atividade real do centro de Portalegre da Fundação Renal Portuguesa em 2014, porque assenta na premissa de proveitos esperados, legitimados pelos pareceres das entidades que gerem o sector, mas que pelas situações atrás relatadas não foram cumpridos.

O valor dos custos do exercício de 2014, foi no total de 1.577.836 €, estão em linha com os valores médios do sector.

Da mesma forma, os custos relativos ao equipamento para tratamento dos insuficientes renais crónicos instalados, sejam os que compõem as salas de diálise, sejam os dos consultórios, e todo o restante material que está em uso no centro de Portalegre, tiveram igual tratamento contabilístico.



*[Handwritten signatures and initials]*

No que se refere à evolução dos efetivos, em 2014, a Fundação teve em média 20 postos de trabalho ativos e 37 prestadores de serviços.

A conjugação destes factores, com a facturação dos doentes em falta para a quota de 82% dos doentes renais do alto Alentejo, que em 2015 ascendeu a 963.937€, este valor influenciou a determinação dos resultados de exploração. Deste modo, importa clarificar que o resultado líquido positivo do exercício de 2015 ser de 1.068.404,28€. Se retirarmos o efeito da facturação da quota é de apenas 104.466,98€.

### **Balanço**

Nas contas de balanço merece destaque o fundo social que acolhe as verbas atribuídas a título de donativos, 60 000,00 € e 12 500,00 €, bem como os terrenos adquiridos para a construção do centro de Portalegre, ainda sem consideração do valor relativo à construção do edifício, sendo o valor contabilístico de 427.854,63 €, o correspondente ao valor da avaliação para efeitos de IMI realizada pela Autoridade Tributária.

De salientar também, o valor elevado na rubrica de “Clientes”, na importância de 5.334.322 €, pelo facto das importâncias faturados serem referentes ao que seria expectável, caso tivesse sido cumprida a deliberação do Ministério da Saúde e da Entidade Reguladora da Saúde de atribuição de 82% dos insuficientes renais crónicos do distrito de Portalegre à Fundação Renal Portuguesa. Existe ainda um saldo de 302.336,28€ de facturas de prestação de serviços realizadas em 2012 e que ainda não foram liquidadas.

Deixámos notas de destaque para os valores existentes em “Outros Credores” e “Fornecedores de Investimento” cujos valores não foram passíveis de total controlo e verificação da sua veracidade pela reduzida informação disponibilizada referente ao ano de 2011 pelo anterior Técnico Oficial de Contas, com quem existe um contencioso a decorrer em Tribunal.

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para a atividade da Fundação.

### **4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS**

A Fundação Renal Portuguesa tem regularizadas todas as suas obrigações para com a Administração Fiscal, Centro Regional de Segurança Social e todas as outras entidades públicas.

### **5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e ou, divulgação nas contas do exercício.

### **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Agradecemos a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e colaboradores a cooperação e a confiança que revelaram ao longo deste exercício.

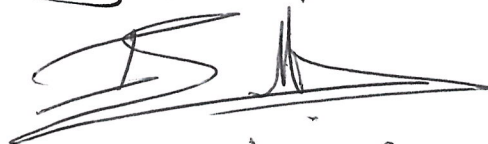
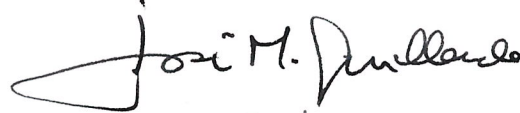


## 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando os resultados atingidos, a necessidade de avançar com novos investimentos e a manutenção da solidez financeira, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos fiquem retidos na Fundação. Desta forma propõe a aplicação do Resultado Líquido positivo de 1.068.404,28 € para Resultados Transitados.

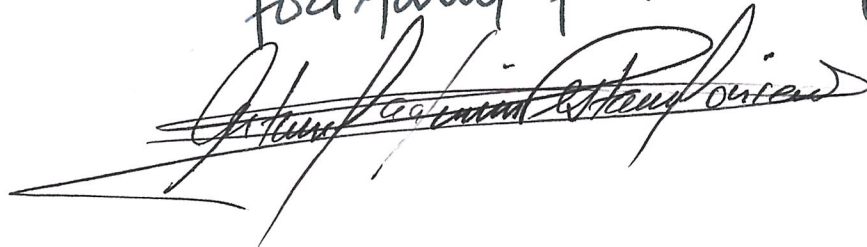
Paço de Arcos, 2 de dezembro de 2015

A Administração



José Augusto de Rocha Costa

por delegação por mandato





*[Handwritten signatures and initials]*

## Balanço em 31 de Dezembro de 2014

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2014	31-12-2013
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	801 408,91	887 799,93
Ativos Intangíveis	5	59 918,99	56 844,32
Subtotal		861 327,90	944 644,25
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	6	57 182,84	69 522,12
Clientes	7	5 638 673,25	5 046 817,97
Adiantamento a fornecedores	8	50 000,00	120 509,92
Outras contas a receber	8	2 944,19	209 270,59
Diferimentos	9	908,69	7 387,77
Caixa e depósitos bancários	10	842 740,78	468 160,14
Subtotal		6 592 449,75	5 921 668,51
<b>Total do Ativo</b>		<b>7 453 777,65</b>	<b>6 866 312,76</b>
<b>FUNDOS PATROMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	11	500 354,63	500 354,63
Resultados transitados	11	4 457 866,49	2 865 023,51
Resultado Líquido do período		1 068 404,28	1 586 656,57
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>6 026 625,40</b>	<b>4 952 034,71</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12	480 619,54	555 380,79
Estado e outros Entes Públicos	13	12 505,69	8 152,47
Financiamentos Obtidos	15	9 000,00	-
Fornecedores de Investimentos	14	845 187,05	848 187,05
Outras contas a pagar	14	79 839,97	502 557,74
Subtotal		1 427 152,25	1 914 278,05
<b>Total do passivo</b>		<b>1 427 152,25</b>	<b>1 914 278,05</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>7 453 777,65</b>	<b>6 866 312,76</b>

Paço de Arcos, 2 de Dezembro de 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIRECÇÃO





## Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2014

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	16	2 621 707,97	2 914 342,57
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(424 155,65)	(354 520,01)
Fornecimentos e serviços externos	17	(607 152,61)	(593 321,37)
Gastos com o pessoal	18	(285 853,00)	(177 514,61)
Outros rendimentos e ganhos	19	22 064,45	18 635,39
Outros gastos e perdas	20	(33 547,93)	(8 218,36)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 293 063,23</b>	<b>1 799 403,61</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(226 899,01)	(212 007,20)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1 066 164,22</b>	<b>1 587 396,41</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	21	2 468,61	43,80
Juros e gastos similares suportados		(228,55)	(783,64)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>1 068 404,28</b>	<b>1 586 656,57</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 068 404,28</b>	<b>1 586 656,57</b>

Paço de Arcos, 2 de Dezembro de 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIRECÇÃO



## Demonstração de Alterações dos Fundos Próprios em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

*[Handwritten signatures and initials]*

DESCRIÇÃO	Notas	Unidade Monetária: Euros		
		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores		
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	6	500 354,63	2 865 023,51	1 586 656,57
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Outras Regularizações			6 186,41	6 186,41
Aplicação de resultados do exercício			1 586 656,57	(1 586 656,57)
	7	-	1 592 842,98	(1 586 656,57)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			1 068 404,28
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8			1 068 404,28
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO				
	10	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2014	6+7+8+10	500 354,63	4 457 866,49	1 068 404,28

DESCRIÇÃO	Notas	Unidade Monetária: Euros		
		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores		
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	6	500 354,63	1 421 251,34	1 707 328,53
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				
Outras Regularizações			(263 556,36)	(263 556,36)
Aplicação de resultados do exercício			1 707 328,53	(1 707 328,53)
	7	-	1 443 772,17	(1 707 328,53)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			1 586 656,57
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8			1 586 656,57
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO				
	10	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2013	6+7+8+10	500 354,63	2 865 023,51	1 586 656,57





## Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2014

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2014	2013
<b><u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u></b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 669 623,78	1 472 965,41
Pagamento a fornecedores		(927 857,63)	(875 857,63)
Pagamentos ao pessoal		(289 463,07)	(194 759,73)
Caixa gerada pelas operações		452 303,08	402 348,05
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		(10 218,36)	(8 218,36)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		442 084,72	394 129,69
<b><u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		74 035,47	184 996,57
Ativos intangíveis		-	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(74 035,47)	(184 996,57)
<b><u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		9 000,00	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		(2 468,61)	(783,64)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		6 531,39	(783,64)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		374 580,64	208 349,48
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	468 160,14	259 810,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	842 740,78	468 160,14

Paço de Arcos, 2 de Dezembro de 2015

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIRECÇÃO



## Anexo às Demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2014

### 1. Identificação da Entidade

A Fundação Renal Portuguesa é uma Fundação sem fins lucrativos reconhecida pela Direção Geral da Segurança Social como uma instituição particular de segurança social em 10 de Maio de 2010, com sede na Rua Armando Cortez, nº.1, 2º-B, 2770-233 Paço de Arcos, com o NIF: 509 393 799. Tem como principal objeto social a construção e gestão de clínicas para o tratamento de doentes renais crónicos através de sistema substitutivo da função renal, vulgo hemodiálise.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.





*[Handwritten signatures and initials]*  
solr.  
Aut.

### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexistência influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.